

Memorial¹

Maria Claudia Coelho

Quando me perguntam sobre textos ou autores marcantes na minha trajetória, respondo sempre: “Simmel e ‘A Metrópole e a Vida Mental’”. Vindo de uma graduação em História na PUC-Rio, concluída em 1985, fui apresentada à obra de Georg Simmel em um curso de Antropologia Urbana oferecido pelo Prof. Gilberto Velho em 1986, no primeiro ano do meu Mestrado no PPGAS do Museu Nacional da UFRJ. O refinamento da passagem entre os níveis “macro” e “micro” da vida social – ali expressos na articulação entre as características da vida na metrópole e o surgimento da subjetividade *blasé* – definiu a linha-mestra central da minha atuação intelectual como professora e pesquisadora.

O programa daquele curso entrelaçava a obra de Georg Simmel às reflexões de Richard Sennett e Christopher Lasch sobre o narcisismo contemporâneo, realçando assim as possibilidades de construção das dimensões “íntimas” – e, naquele momento inicial da minha formação, “íntimo” podia significar “subjetividade”, “emoções”, “psiquismo” e outras categorias deste vasto (e algo indefinido) campo semântico que parecia abarcar um sem-fim de aspectos da experiência individual. O que me fascinava era aquilo que, creio, encanta a todo antropólogo em formação: descobrir a sociedade e a cultura nos espaços recônditos da “natureza” e do “indivíduo”.

Perceber, assim, que os sentimentos de vazio e absurdo que definem o indivíduo moderno podem ser entendidos como se originando das condições de vida na modernidade, ou que o descrédito das convenções sociais pode ser retraçado historicamente por meio de uma reflexão sobre a importância atribuída ao mundo público, pautou toda a linha de reflexão que desenvolvi no mestrado em Antropologia Social no Museu Nacional. A linha de Antropologia Urbana criada por Gilberto Velho, com sua combinação entre a antropologia interpretativista e a sociologia interacionista, apresentava naquela época uma forma típica de construção de objetos de pesquisa: a etnografia de grupos urbanos voltada para a

¹ Este memorial foi defendido em 12 de abril de 2018. A banca examinadora foi composta pelos Profs. Helena Bomeny (presidente), Otávio Velho, Luiz Fernando Dias Duarte, Myriam Moraes Lins de Barros e Ceres VICTORA.

análise de seus “ethos” e “visão de mundo”.

Àquela época, eu convivía intensamente com estudantes de teatro, e sua forma de estar no mundo me impressionava muito, em particular aquilo que me parecia um paradoxo insolúvel: como conciliar a certeza de cada um de que teria sucesso na profissão de ator se o mundo à sua volta lhes mostrava que pouquíssimos conseguiriam? De onde cada um deles tirava a certeza de que estaria entre os eleitos?

Esse paradoxo esteve no cerne da minha dissertação de mestrado, intitulada “Teatro e Contracultura: um estudo em antropologia social” e defendida em 1989. Nela, realizei uma etnografia de uma escola de teatro, na qual entrelacei duas questões principais: a análise do individualismo que, em sua versão exacerbada, conduzia ao sujeito blasé de Simmel e ao sujeito narcísico de Sennett e Lasch; e a discussão sobre as rupturas e continuidades da contracultura naquele mundo artístico.

Havia naquele universo um cultivo de noções como “alternativo” ou “cabeça aberta”, bem como uma crítica à “burguesia” e ao “sistema”, que a mim, nascida em 1964 e conhecendo o movimento contracultural por caminhos bibliográficos, parecia atestar uma permanência de seu ideário. Entretanto, quando conversava com amigos mais velhos sobre essa percepção, encontrava, na melhor das hipóteses, uma benevolência complacente, ancorada na célebre citação “o sonho acabou”.

Formulei então uma hipótese. Se, por um lado, não podia deixar de dar crédito àquela autoridade que provinha da experiência de meus amigos que haviam vivido as décadas de 60 e 70 na sua juventude, por outro lado não podia compreender como não percebiam o quanto havia permanecido daquele ideário. Como conciliar essas duas divergências de percepção? A hipótese que desenvolvi na conclusão foi de que a experiência vivida não lhes permitia perceber a dimensão de continuidade que havia ali, fazendo com que seu próprio desencanto acentuasse a dimensão de ruptura com aquilo que para eles fora sonho, projeto de vida; por outro lado, o contato meramente bibliográfico com aquele período não permitia a mim perceber as diferenças de intensidade e vitalidade, o que fazia com que eu acentuasse a dimensão de continuidade entre a contracultura dos anos 60 e 70 e os meus jovens estudantes de teatro de fins dos anos 80. Minha “solução de conciliação” foi de que estávamos diante de uma versão pálida do ideário contracultural, afetado em sua essência por aquele narcisismo contemporâneo: mudar a si não mais para mudar o mundo, mas como um projeto em si mesmo.

A dissertação produziu algumas de minhas primeiras publicações – um artigo nas “Comunicações” do Museu Nacional, em um número editado por Gilberto Velho sobre estilos de vida jovens; um texto na *Ciência Hoje* sobre as categorias “mana” típicas do universo teatral; e um comentário sobre as semelhanças entre as profissões do ator e do antropólogo nos *Cadernos de Teatro d’O Tablado*. O tema, contudo, não se esgotou aí, e foi um belo reencontro orientar, vinte anos depois, a tese de doutorado de Ana Amélia Brasileiro Medeiros Silva sobre a criação teatral em monólogos, com forte inspiração teórica na obra de Georg Simmel.

Essa incursão inicial pelo mundo teatral deixou marcas profundas, tanto do ponto de vista das escolhas teóricas quanto do ponto de vista dos interesses temáticos. Do ponto de vista teórico, ficou o fascínio pelos interacionistas: a metáfora do *theatrum mundi*, do mundo como um palco, da vida como teatro, do indivíduo como ator, me acompanha desde então. Os atores – aqui não mais como metáfora para o sujeito em sociedade, mas como escolha profissional – continuaram a me impressionar: seu modo de vida, seu jeito de olhar para o mundo, o universo em que vivem, permaneceram comigo, tendo constituído o objeto de minha tese de doutorado, realizado no IUPERJ no período de 1991 a 1994.

Ao longo dessa fase inicial de minha formação, durante o mestrado e o doutorado, atuei como professora no Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio (iniciando logo após concluir a graduação, em 1986) e, alguns anos depois, como professora da Faculdade de Comunicação Social da UERJ (iniciando em 1993). Nessas primeiras inserções profissionais, lecionei a disciplina de Teoria da Comunicação, estruturada em dois semestres. No primeiro, o programa girava, essencialmente, em torno da cultura como comunicação; no segundo, a problemática central eram as teorias da comunicação de massa.

O tema do ator se encontrou, por ocasião da formulação do projeto para o doutorado, com as teorias da comunicação de massa. Da preocupação interacionista com o “mundo artístico teatral” passei para o universo televisivo, e em particular para a temática da fama. Para a fama convergiam os interesses pelo ator e pela comunicação de massa, o que levou à elaboração de minha tese de doutorado, defendida no IUPERJ em 1994 sob orientação do Prof. Luiz Eduardo Soares: “Anonimato e Celebridade: a condição individual e a experiência da fama”.

A tese aborda a experiência da fama sob uma tríplice perspectiva: sua representação nos discursos da comunicação de massa, em particular os

discursos cinematográficos; sua percepção por aqueles que a vivem na posição do fã, utilizando como dados cartas enviadas a atores e atrizes de televisão; e sua experiência por aqueles que a vivem como ídolos, com base em entrevistas em profundidade.

A análise dos discursos cinematográficos baseou-se em um conjunto de sete filmes que abordam a fama, em um *continuum* analítico que partia das histórias cujo personagem central é o fã; prosseguia para narrativas em torno do desejo de ser famoso; avançava para filmes sobre ídolos e terminava com uma história sobre ostracismo. Tomando por base a visão tão recorrente no campo da antropologia da comunicação de massa de que a indústria cinematográfica é uma instância discursiva de onde emergem os mitos contemporâneos, sugeri que o “mito da fama”, tal como narrado nesse conjunto de histórias, é marcado pela melancolia e pela tristeza; longe de estar associado ao glamour, ao sucesso e à felicidade, como sugere o senso comum, a fama é retratada como uma experiência de frustração, solidão, loucura e morte.

O exame da experiência do anonimato, tal como expressa pelos fãs em suas cartas, colocou em relevo dois aspectos: seu anseio pela singularização e o recurso ao discurso amoroso para falar de seus sentimentos pelo ídolo. O anseio pela singularização pode ser sintetizado na necessidade de saber-se único, expressa na recorrência à expressão “sou seu fã número 1” para falar da força de sua adoração. Há, aí, contudo, um paradoxo, com a recorrência do desejo de evidenciar-se único tornando os fãs ainda mais parecidos entre si, em uma espécie de paroxismo da tensão entre massificação e individualização que ocupou tantos teóricos da comunicação de massa.

O segundo ponto – o recurso ao discurso amoroso – chamou-me a atenção por duas razões: sua recorrência e sua aparente inadequação. Digo “inadequação” do ponto de vista de um observador distanciado, uma vez que o ideal da relação amorosa, ao menos no Ocidente moderno, é marcado pela reciprocidade e exclusividade, ou seja, tudo aquilo que a relação fã-ídolo, por definição, não pode ser. Se é assim, por que o fã fala de amor para seu ídolo? Busquei uma resposta combinando teorias sobre carisma (Charles Lindholm), sobre comunicação de massas (Edgar Morin) e sobre emoções (Marcel Mauss). A hipótese que elaborei então foi a de que o carisma e o amor seriam experiências subjetivamente vizinhas, que compartilhariam um desejo de fusão com o objeto da adoração/do amor, sendo, porém, objeto de valorações diferenciadas pela comunicação de massa, com o sujeito fascinado sendo retratado como louco e doentio

e o sujeito apaixonado ocupando o lugar do herói moderno. Ora, se o fã consome essas narrativas, e se elas são um “modelo para a interpretação da experiência”, entender o que sente com base nessas narrativas é fonte de profundo desconforto emocional. Se, por outro lado, a expressão dos sentimentos é, como dizia Mauss, uma maneira de explicar o que se sente para si mesmo, então expressar o fascínio pelo sujeito carismático sob a forma do enamoramento seria uma maneira de enxergar a si mesmo sob uma luz mais favorável, nesse movimento alcançando também aquela singularização típica do amor moderno.

A terceira parte da tese inverte a perspectiva e aborda a experiência da fama do ponto de vista do ídolo, sua relação com os fãs, com o assédio e, principalmente, com a exposição à própria imagem. Emerge daí uma percepção da fama como algo essencialmente assimétrico: se o anseio central do fã que envia uma carta a seu ídolo falando de seus sentimentos é por uma resposta, por algo que lhe assegure de que foi lido, o estabelecimento de uma reciprocidade de qualquer natureza é justamente aquilo que o sujeito famoso nega. De certa forma, ainda que sem o saber, nega por que disso depende sua fama. Como afirma Elias Canetti em suas reflexões sobre a celebridade em *Massa e Poder*:

“Enquanto alguém se preocupa com os donos das bocas que dizem nomes, enquanto as recruta, as corrompe, as incita ou fustiga, ainda não é totalmente célebre. Neste caso, ele está apenas preparando as bases para o seu futuro exército de sombras. Uma vez atingida, a glória pode permitir-se não ter preocupações com os demais, sem que perca nada com isso”. (1983: 442)

Mas ser célebre não coloca o sujeito apenas diante do dilema do que fazer com aquele que o distingue com sua adoração, mas também diante do dilema do que fazer consigo mesmo diante dessa adoração. A experiência da fama se assemelha a uma casa de espelhos circense, em que o sujeito é incessantemente submetido a um sem-fim de imagens de si mesmo, todas elas diferentes, em alguma medida distorcidas. Como saber, então, quem se é? O que fazer com tantos olhares que, se por um lado envaidecem, por outro aprisionam?

A sugestão da tese é de que a experiência da fama é uma espécie de panóptico pelo avesso: de um lado, incontáveis sujeitos que olham para um só, sem serem vistos; de outro, um sujeito que é visto, sem ver ninguém. É porque a negação da reciprocidade do olhar é, simultaneamente, estratégia

de “interacionismo aplicado”, empregada conscientemente pelos atores para evitar a aproximação do fã, e recurso teórico para explicarmos a essência da relação fã-ídolo: são olhares que se evitam, ao invés de, na metáfora maior da relação amorosa, olhares que se cruzam.

A tese se transformou em meu primeiro livro, publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas em 1999, sob o título *A Experiência da Fama – individualismo e comunicação de massa*. Publiquei também diversos artigos, no Brasil, na Inglaterra e em Portugal, abordando facetas diversas das condições do anonimato e da celebridade, e orientei diversos trabalhos sobre temas conexos, entre eles as teses de doutorado de Patricia Coralís, sobre o “culto” a Judy Garland, e de Geraldo Condé, sobre o imaginário da felicidade na comunicação de massa.

Olhando retrospectivamente, pouco mais de vinte anos depois, a tese parece ter concluído um ciclo intelectual e institucional. Três anos depois de terminar o doutorado, realizei um duplo movimento de reorientação profissional: saí da PUC, em uma opção pela dedicação exclusiva na UERJ, ingressando no Programa de Incentivo à Produção Científica (PROCIÊNCIA) em 1997, do qual participo ininterruptamente até hoje, em sete períodos consecutivos; e, internamente à UERJ, transfiri-me para a área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais do IFCH.

Mas, como sabemos, os interesses intelectuais não se encerram abruptamente, ainda que sob uma perspectiva imediata pareçam configurar uma ruptura. Olhando para essa primeira fase, reconheço duas questões que até hoje me acompanham, em cursos, orientações e projetos de pesquisa. A primeira delas está dada em primeiro plano, esboçada já no primeiro parágrafo desse memorial: o problema das configurações contemporâneas da subjetividade moderna, nessa primeira fase concentrado nas obras de Georg Simmel, Richard Sennett e Christopher Lasch. Posteriormente, a esses autores iriam se somar Sigmund Freud e Norbert Elias.

A segunda questão é a atenção, ali ainda embrionária, para as emoções como objeto de estudo das ciências sociais. Na tese, ela está presente na análise do discurso amoroso das cartas dos fãs, em que a leitura de Marcel Mauss das emoções como uma linguagem em que o sujeito explica aos outros e a si mesmo como se sente é referência essencial. Naquele momento, contudo, o estudo das emoções estava ainda subordinado à preocupação com a experiência subjetiva do indivíduo na moderna sociedade de massas, em particular a tensão entre singularização e massificação.

O interesse em estudar as emoções se fez presente aí também em um

curso oferecido pelo Prof. Luiz Eduardo Soares em 1991, cujo programa combinava um conjunto de referências sobre violência. Lembro até hoje das discussões travadas em sala de aula, em particular pelo ecletismo das escolhas bibliográficas, que combinavam Elias Canetti, Bruno Bettelheim e Michael Taussig (e os cito somente para dar uma ideia da largueza do escopo disciplinar). O curso, para além do interesse pelos textos em si, deixou em mim uma marca profunda: o desconforto com a filiação estrita a matrizes disciplinares rígidas.

Entre esses textos, havia um que se tornaria referência crucial para o projeto de pesquisa que formulei dez anos depois: “Massacre Justo”, de Jack Katz. Esse artigo está presente em minha trajetória intelectual de diversas maneiras: como âncora de inquietações de pesquisa, como bibliografia de cursos oferecidos e como objeto de meus interesses como tradutora. Mora ao lado de “A Metrópole e a Vida Mental” no espaço destinado aos textos imprescindíveis.

* * *

Peço agora licença para uma primeira e breve digressão. Em 1998, logo após realizar aquele duplo movimento de reinserção institucional, iniciei uma formação em psicanálise no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. A proposta de formação do CPRJ segue o modelo continuado, não havendo uma “conclusão” propriamente dita, ao menos em termos oficiais. Frequentei o Círculo durante cerca de quatro anos, cursando praticamente todo o módulo sobre a obra de Freud e participando de diversas atividades em torno de questões da clínica psicanalítica contemporânea.

Foi nessa época que travei contato com os textos freudianos sobre cultura: *O Mal-Estar na Civilização*, *Psicologia de Grupo* e *Análise do Ego*, *Totem e Tabu*. Naquele momento, o exercício da clínica psicanalítica se afigurava, para mim, como uma possibilidade concreta de atuação profissional. A academia, contudo, falou mais alto, e hoje – ou pelo menos até esse momento – o saldo principal daquela experiência foi o estreitamento do diálogo interdisciplinar entre antropologia, sociologia e psicanálise, com a formulação de um programa de curso que ofereço regularmente na graduação e na pós-graduação intitulado “Teorias da Modernidade”, em que discuto as teses de Georg Simmel, Sigmund Freud e Norbert Elias sobre a modernidade. Abordo-as como “diagnósticos sombrios da falta e do vazio” em torno de três configurações subjetivas: o sujeito blasé, o *homo clausus* e o *sujeito narcísico*. Essas três teses me servem também de âncora para discutir o problema teórico que subjaz àquele fascínio que exerce

sobre mim, até hoje, “A Metrópole e a Vida Mental”: as articulações entre a sociedade e o indivíduo.

Da obra de Norbert Elias, elejo um texto para fazer companhia a “A Metrópole e a Vida Mental” e “Massacre Justo” na minha lista dos “dez mais”: *A Solidão dos Moribundos*. Nele se encontram o problema teórico da articulação indivíduo-sociedade e a questão da dimensão social das emoções, com foco na experiência da solidão. Mas esse pequeno livro tem lugar tão central ainda por uma outra razão: me impressiona muitíssimo a conjugação entre razão e afeto presente no ato em si de lê-lo. Não creio que seja possível compreender a tese ali exposta sem se deixar comover profundamente e não tenho lembrança de alguma outra obra de teoria social que me tenha marcado de maneira tão indelével no plano mesmo da sensibilidade.

* * *

O projeto de pesquisa com o qual ingressei no PROCiência, em 1997, tinha como objeto as trocas de presentes, encaradas como uma forma de linguagem. Três interlocuções se conjugaram aí: a formação em Antropologia, por meio do *Ensaio sobre a Dádiva*; as diversas incursões ao COPPEAD da UFRJ, realizadas ao longo dos anos 1990, em convites para discutir as trocas de presentes como uma forma de consumo; e a “conversa” contínua com a área de sociolinguística interacional do Departamento de Letras da PUC-Rio, que despertou então em mim um interesse ainda hoje vitalizado pela interface entre os estudos da interação e os estudos da linguagem.

Dois textos estruturaram aquele primeiro projeto, que tinha como objetivo discutir o ato de presentear como uma forma de comunicação: o *Ensaio sobre a Dádiva* e um capítulo do livro *Humiliation*, de William Ian Miller. O *Ensaio*, para um projeto sobre a dádiva, é referência por demais óbvia, cuja inclusão dispensa maiores explicações (embora, como veremos adiante, sua riqueza de opções teóricas não permita essa saída tão fácil de jogar com a cumplicidade do leitor em relação à centralidade do *Ensaio* para a teoria antropológica). Já o texto de Miller, para fazer justiça ao efeito que exerceu sobre mim, exige uma atenção mais detida.

Esse efeito começa já no título: “Requiting the Unwanted Gift”. Ao começar a ler, me deparei com um primeiro obstáculo: não sabia o significado do verbo “to requite”. Pesquisando, encontrei dois campos semânticos distintos. O primeiro remetia para “retribuir, recompensar”; o segundo sugeria “revidar, castigar”.

Fiquei fascinada por esse duplo sentido do termo, ainda mais pela impossibilidade de traduzi-lo preservando a ambivalência proposital do autor. Porque é disso mesmo que trata o texto: o que fazer diante de um presente que não desejávamos receber? Devemos retribuí-lo ou revidá-lo?

É porque, segundo Miller, todo presente traz em si um potencial de insulto, sendo suas regras, portanto, uma gramática, “tão complexa quanto a própria linguagem”, e exigindo do falante uma “competência” análoga àquela que dele se espera no plano linguístico.

O texto de Miller foi, para mim, um divisor de águas, abrindo um sem-fim de possibilidades para a análise da dádiva: seu entendimento como uma forma de linguagem (me permitindo assim dar continuidade à interlocução com os colegas da sociolinguística interacional); sua aplicação das ideias de Marcel Mauss às sociedades complexas, retirando assim o Ensaio do seu lugar, para mim, até então restrito a uma referência canônica do pensamento antropológico; o potencial de insulto da dádiva (rompendo assim com a visão do senso comum que a associa à coesão dos vínculos sociais); e a articulação das trocas materiais com a emergência de diversos sentimentos associados, entre outros aspectos da vida social, à hierarquia. Sem dúvida alguma: “Requiting the Unwanted Gift” e o *Ensaio sobre a Dádiva* moram também na prateleira imaginária onde habitam as minhas leituras indispensáveis.

Esse primeiro projeto sobre a dádiva produziu alguns textos, não por acaso direcionados para a área de estudos sobre a linguagem: um capítulo de livro sobre a expressão das identidades de gênero por meio das trocas de presentes, de orientação teórica fortemente interacionista, publicado em uma coletânea organizada por Liliana Bastos e Luiz Paulo Moita Lopes, colegas da área de Linguística; e um artigo publicado em dossiê organizado por Maria das Graças Dias Pereira na revista *Palavra*, editada pelo Departamento de Letras da PUC-Rio, sobre a elaboração da face (com base na conceituação elaborada por Erving Goffman) por meio das trocas materiais.

Mas a discussão da dádiva como uma forma de linguagem, longe de esgotar meu interesse pelo tema, só fez abrir novas possibilidades analíticas. O levantamento bibliográfico realizado descortinou uma profusão de referências bibliográficas que era, para mim, inimaginável quando iniciei a pesquisa. Assim, findo o primeiro projeto, elaborei uma segunda proposta para concorrer a novo período no PROCiência. Nela, o foco estava na dádiva como expressão de sentimentos.

A pesquisa bibliográfica me havia revelado a existência de duas formas principais de tratamento da dádiva, recortadas ao longo de um eixo relativo à natureza dos grupos pesquisados. A primeira forma diz respeito ao estudo dos sistemas de troca em sociedades tribais que tem, como referências basilares, evidentemente, os *Argonautas* e o *Ensaio sobre a Dádiva*, e prossegue para, entre outros, as obras de Claude Lévi-Strauss e Maurice Godelier. A segunda é encontrada nos estudos sobre sistemas de troca em sociedades urbanas, dos quais há uma profusão, como o estudo de David Cheal realizado em Winnipeg, no Canadá, o trabalho de Joy Hendry sobre as embalagens japonesas, os estudos de Mayfair Yang e Yungsiang Yan sobre a China e o próprio texto já citado de William Ian Miller sobre os Estados Unidos contemporâneos.

À primeira forma, cujo objeto preferencial são as sociedades tribais, chamei “sistêmica”, em uma tentativa de realçar aquele que me parecia um traço distintivo de suas abordagens: a preocupação com a identificação de regras implícitas ou inconscientes que orientariam as maneiras de dar e receber presentes. Já a segunda forma, voltada para as sociedades urbanas, não teria esse mesmo caráter, estando mais orientada para a dimensão interacional e emocional das práticas do presentear.

O segundo projeto sobre a dádiva, desenvolvido de 2000 a 2003, teve como foco a expressão de sentimentos por meio dos objetos trocados. Esse projeto foi desenvolvido já no Departamento de Ciências Sociais do IFCH, no âmbito da linha de pesquisa “Transformações da Intimidade”, de cuja criação participei juntamente com Luiz Eduardo Soares e Claudia Barcellos Rezende. Data já desse momento a preocupação com a reflexão sobre os limites e possibilidades de construção das emoções como um objeto das ciências sociais – novo eixo central de minhas pesquisas, cursos e orientações, o qual substituiu a conjugação entre o objeto “ator” e as teorias da comunicação de massa pela qual vinha então pautando minha atuação intelectual.

Desde então, a Antropologia das Emoções passou a ser meu foco. Acoletânea *Language and the Politics of Emotion*, organizada pelas antropólogas norte-americanas Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod, é o texto basilar dessa trajetória. Sua introdução esboça um mapa do campo de estudos sobre as emoções, identificando três vertentes: o essencialismo, característico dos estudos de orientação “psi”, baseado na ideia, como o nome sugere, de que as emoções teriam uma essência universal; o historicismo, voltado para a investigação das transformações históricas da vida emocional; e o

relativismo, espécie de variação sincrônica do historicismo, comprometido com a noção de uma “construção cultural” das emoções. Contra esse pano de fundo, as autoras formulam sua proposta teórica: o contextualismo, baseado na noção de “discurso” de Michel Foucault. Para elas, as emoções somente poderiam ser entendidas no contexto de sua elocução, informando sobre a natureza da relação existente entre os interlocutores e tendo, portanto, um papel “micropolítico”.

Essa noção de “micropolítica” das emoções orientou aquele que considero o principal resultado desse segundo projeto sobre a dádiva: um texto, originalmente publicado em coletânea organizada por Gilberto Velho e Karina Kuschnir, sobre as trocas de presentes entre patroas e empregadas domésticas.

Esse texto analisa um conjunto de dados obtidos em entrevistas em profundidade realizadas com mulheres de camadas médias da Zona Sul do Rio de Janeiro, todas elas “patroas” de empregadas domésticas, sobre os presentes que dão a suas empregadas e/ou recebem delas. Inclui também, em uma tentativa de comparação, alguns relatos de empregadas domésticas, obtidos de forma bem menos sistemática, sobre os presentes que recebem de suas patroas e/ou dão a elas.

O foco da análise gira em torno da gratidão, entendida, tal como sugere Simmel, como um sentimento que estabelece hierarquia, inferiorizando aquele que o sente. Para Simmel, a gratidão teria “um gosto de servidão”.

O rendimento analítico da gratidão para entender a natureza da relação patroa-empregada doméstica por meio das trocas de presentes nas quais (não) se engajam está na identificação de uma espécie de “regateio”. Falando sobre os presentes que dão a suas empregadas, as patroas descrevem, como a empregada “ideal” para presentear, aquela que “fica muito agradecida”. Por outro lado, dizem não esperar e, no limite, não querer, qualquer retribuição material pelos presentes que dão.

As empregadas, por sua vez, não demonstraram, nas conversas comigo, qualquer gratidão pelos presentes que recebem. Ao contrário, muitas vezes os desvalorizam, considerando-os de valor ínfimo ou “desatentos” em relação a seus gostos e características individuais. Não demonstram, também, qualquer desejo de retribuição, com os presentes que eventualmente dão a suas patroas se parecendo mais com aquele “revide” de que falava Miller.

Uma entrevistada, que trabalhava como acompanhante de um senhor idoso, me contou uma história que é uma síntese perfeita desse “regateio” em torno da gratidão. Na casa em que trabalhava, havia uma outra

acompanhante, recém-contratada, com quem se revezava, e uma cozinheira, que trabalhava na casa há muitos anos. Essa nova acompanhante deu à patroa, por ocasião de seu aniversário, uma cafeteira, paga a prestações. A patroa ficou indignada e confidenciou à cozinheira (que contou à minha entrevistada) que a moça era “muito metida” por ter lhe dado um presente daquele valor. Minha entrevistada contou a história com um traço de rancor, e arrematou: “eu? Eu só dou a ela meias de três reais, porque isso ela aceita”.

A história tem, sem dúvida, uma tonalidade cruel. Talvez por isso mesmo, seja um excelente “drama” para pensar a função da gratidão nessa relação. Ora, de um lado temos um “doador” hierarquicamente superior em uma relação trabalhista, que dá presentes que sabe não poderem ser retribuídos por objetos de valor monetário aproximadamente equivalente, e que não deseja qualquer retribuição. Mas, no lugar de uma dádiva material, anseia por uma retribuição em outra “moeda”: o despertar da gratidão do outro, suscitada pela imposição de um estado de dívida, causado justamente pela impossibilidade de retribuir. Se a gratidão, como sugere Simmel, tem um “gosto de servidão”, então suscitar no outro esse sentimento cumpriria a função subjetiva de assegurar-se de sua superioridade hierárquica.

Ora, é justamente o reconhecimento desse lugar inferiorizado que as empregadas parecem recusar à patroa, ao não demonstrarem qualquer gratidão e, ainda mais, ao “revidarem” os presentes caros com “meias de três reais”, em um agenciamento da troca em que “aceitam”, empiricamente, retribuir com menos, mas negando-se, no plano subjetivo, a se sentirem gratas.

Se, como dizia Mauss, a dádiva dramatiza a natureza da relação existente entre doador e receptor, a gratidão estaria aqui no cerne da gramática emocional que regula essas trocas, realizando aquele trabalho micro político discutido por Lutz e Abu-Lughod. Em um plano macro, temos a relação trabalhista tal como definida no universo legal brasileiro; em um plano intermediário, temos indivíduos singulares desempenhando os papéis sociais definidos naquela relação (a “patroa” e a “empregada”); e, no plano subjetivo, temos uma negociação emocional em torno do dar/receber gratidão, em que uma espera, como retribuição, a aceitação de uma dívida impagável que confirmaria sua superioridade, dívida essa negada pela outra por meio da dádiva que vem sob a forma de um revide. Esse texto, juntamente com um conjunto de trabalhos produzidos ao longo do desenvolvimento dos projetos sobre a dádiva, foi posteriormente

publicado em meu segundo livro, intitulado *O Valor das Intenções – dádiva, emoção e identidade* (Editora da Fundação Getúlio Vargas). O interesse pela relação entre dádiva e emoções se expressou também na orientação da dissertação de Lucas Rehen, que tratou da troca de hinos no universo do Santo Daime como um “sistema de dádiva” associado a uma gramática emocional característica dessa forma de religiosidade.

Para além da exploração da temática da dádiva, esses projetos deixaram como resultado uma inquietação intelectual: o trabalho político e moral realizado pelas emoções. E aqui, o encontro com dois outros textos foi fundamental: *The Anatomy of Disgust*, também de William Ian Miller, e *Misery and Company*, de Candace Clark. O primeiro trata do nojo e do desprezo como “emoções de demarcação de status”; o segundo discute a compaixão como um sentimento assimétrico, capaz de estabelecer uma hierarquia entre aquele que dá e aquele que recebe compaixão.

Estamos aqui, evidentemente, diante de um conjunto de sentimentos dotado de uma fecunda capacidade micropolítica, na medida em que suas condições de surgimento – sua “gramática” – dramatiza relações hierárquicas: a gratidão, a compaixão, o desprezo e o nojo. Essa foi a questão que orientou os projetos apresentados a seguir ao PROCiência: “Violência, Alteridade e Emoção: percepções da violência no Rio de Janeiro” e “Moral, Alteridade e Sentimentos: percepções da violência”, desenvolvidos de 2003 a 2009.

Esses projetos tiveram por objetivo discutir as gramáticas emocionais associadas a experiências de vitimização em uma modalidade específica da violência urbana: os assaltos a residências. Realizei um conjunto de entrevistas em profundidade com casais que haviam tido a experiência de serem assaltados em suas residências, tendo, entre os objetivos originais, o interesse pelo marcador “gênero” como eixo de comparação entre a forma de vivenciar a condição de vítima. Entre as publicações resultantes do projeto, há duas que gostaria de comentar aqui de forma mais detida.

A primeira é o artigo “Narrativas da Violência: a dimensão micropolítica das emoções”, publicado na revista *Mana* em 2010. Nesse texto, procuro conjugar o conceito de “representação” à análise da gramática emocional presente nessa experiência de vitimização. Para tanto, inventario em primeiro lugar as representações dos assaltantes tal como presentes nos relatos dos assaltos: para os entrevistados, os assaltantes são “sujos”, “bagunceiros”, “pobres” e “ignorantes”. Esses atributos são mencionados em meio a expressões de desprezo e compaixão que surgem, por exemplo,

como comentários sobre a suposta incapacidade dos assaltantes de reconhecerem o valor dos objetos a serem roubados (preferindo coisas de baixo valor a outras cujas marcas não sabem reconhecer), ou como substitutos da raiva ou do medo.

A chave analítica utilizada para compreender essa gramática emocional conjuga as teses de William Miller e Candace Clark sobre o desprezo e a compaixão como “emoções demarcadoras de status” com a análise de Jack Katz, no texto “Massacre Justo”, sobre a relação entre raiva e humilhação em relatos de agressores em experiências de assassinatos. Nesse artigo, de forte inspiração interacionista, Katz parte da leitura que o futuro assassino faz das atitudes da vítima e mostra a recorrência de uma percepção de que a vítima coloca em xeque um “bem supremo”, central para a definição da identidade do assassino: o bebê que não para de chorar desafia a autoridade paterna, o vizinho que estaciona em frente à garagem ameaça o direito à propriedade, o marido que obriga a mulher a queimar seus livros questiona a igualdade de gênero. Essa dimensão cognitiva se associaria, na experiência típica dessa “cena”, a um sentimento de humilhação que toma conta do assassino, parecendo defini-lo para sempre. Essa humilhação, intolerável no momento, transmuta-se então em raiva, uma espécie de “humilhação pelo avesso” (no entendimento de Katz), sentimento igualmente holista que se apossa do assassino, levando à agressão física que restauraria a ordem supostamente ameaçada pela vítima.

Katz sugere, assim, haver uma dinâmica emocional entre os sentimentos da humilhação e da raiva, capaz de explicar as razões de uma agressão que parece marcada pela desproporção entre a atitude da vítima e a reação do agressor. Nos relatos que colhi, a experiência da vitimização nos assaltos a residências começa de maneira semelhante, com sentimentos de medo e impotência levando à raiva. Entretanto, a “definição da situação” é distinta daquela dos relatos analisados por Katz: meus entrevistados avaliam que uma reação física à agressão de que são alvo é inadequada, por arriscada ou inviável. Surgem, então, em lugar dela, sentimentos de desprezo, expressos muitas vezes sob a forma de ironia ou deboche em relação aos assaltantes, ou de compaixão, como se os assaltantes fossem merecedores de pena por não terem escolha na vida a não ser assaltar.

Desprezo e compaixão formariam, assim, um outro complexo emocional com a raiva, em uma relação de substituição que realizaria um trabalho subjetivo de restauração de uma ordem hierárquica que a subjugação pela violência teria vindo ameaçar. A principal contribuição teórica do texto é

a discussão relativa à importância de se analisar as emoções sob a forma de “complexos” ou “dinâmicas”, ou seja, dar atenção à maneira como os sentimentos se articulam uns aos outros, ao invés de pensá-los isoladamente. Discuti esse ponto brevemente no livro *Antropologia das Emoções*, publicado em co-autoria com Claudia Barcellos Rezende, comparando-o ao complexo emocional formado pelo amor e pelo ciúme, cujas características variam em função do contexto cultural e da organização social do casamento (se monogâmico ou poligâmico).

O segundo texto decorrente dos projetos sobre a vitimização em assaltos a residências foi publicado em 2012 na revista *Sexualidade, Salud y Sociedad*, editada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da UERJ. Nele, recorto um segundo eixo analítico do mesmo conjunto de depoimentos: as marcas de gênero presentes nessa experiência da vitimização. O ponto fundamental é o tema do *controle de si*, que aparece sob forma diametralmente oposta no caso de homens e mulheres.

Os casais entrevistados parecem realizar uma espécie de “divisão sexual do trabalho emocional”: um permanece “calmo”, suas ações visando proteger a todos, enquanto o outro é o “vulnerável” que precisa ser protegido. As versões dessa “calma” e dessa “vulnerabilidade” são matizadas, não se superpondo a-historicamente aos papéis de gênero, recortados por um eixo geracional que parece facultar divisões diversas desse “trabalho emocional” entre os gêneros. Há, contudo, uma “linha de corte” essencial, relativa a qual o sentimento que precisa ser controlado. Nos homens, o sentimento perigoso a ser controlado é a raiva; nas mulheres, o sentimento que ameaça é o medo. Assim, o homem que “salva” a situação o faz por ser capaz de conter sua raiva; mas, quando é a mulher que faz o papel de “calma”, é seu medo que ela controla. Assim, o homem “calmo” tem, subjacente a essa imagem de si, uma percepção de ser sujeito de agressões. A mulher “calma”, por sua vez, entende a si mesma como sujeita a agressões.

Ora, gênero e controle são apontados, desde o trabalho seminal de Catherine Lutz sobre a etnopsicologia ocidental, como eixos organizadores da visão das emoções no Ocidente moderno. As emoções participariam, nessa etnopsicologia, de duas oposições estruturantes: emoção-razão e emoção-alheamento. Na primeira, a emoção é o polo negativo, por sua associação ao descontrole, atributo do feminino; na segunda, é o polo positivo, por sua relação com o controle, prerrogativa do masculino. Na segunda oposição, a valoração se inverte, com a emoção, ainda atribuída ao feminino, sendo associada a uma capacidade empática, de compadecimento

e envolvimento com a dor do outro; já o masculino seria o lugar da frieza, da indiferença, em que princípios abstratos teriam precedência sobre situações concretas de sofrimento.

Ao gênero e ao controle vem se somar, apenas dois anos depois na obra de Lutz, o poder como um terceiro eixo fundamental. Assim, faria parte das estratégias da dominação masculina a representação do feminino como perigoso e vulnerável devido, justamente, a seu descontrole emocional. As conclusões de minha pesquisa estabelecem, assim, um diálogo com essa tríade gênero-controle-poder, sugerindo a fecundidade de nos perguntarmos quais as emoções-alvo da necessidade de controle, em um nuançar dessa gramática emocional atravessada pelas diferenças de gênero.

A temática da violência, que orientou o período de 2003 a 2009 em minha trajetória como pesquisadora, teve desdobramentos paralelos: a participação em dois projetos de pesquisa sobre temas correlatos.

O primeiro deles foi o projeto “Juventude e Violência no Rio de Janeiro”, coordenado por Ignacio Cano com apoio da FINEP. Minha colaboração para o projeto consistiu em analisar um conjunto de entrevistas sobre percepções e experiências da violência realizadas com jovens em quatro situações distintas: jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; jovens escolarizados; jovens em processo de retorno à escola; e jovens sem qualquer tipo de vínculo institucional. Como resultado, publiquei em 2014, em coautoria com João Trajano Sento-Sé, um estudo comparativo sobre essas trajetórias enfocando, entre outros aspectos, a dimensão temporal da maneira como esses jovens refletiam (ou não) sobre seu futuro, com base em uma distinção entre “sonho” e “projeto”.

O segundo projeto, coordenado por Helena Bomeny e com a participação de João Trajano Sento-Sé, contou com o apoio da FAPERJ e enfocou a violência nas escolas do Rio de Janeiro sob a perspectiva de professores da rede pública. Três foram os pontos analisados: a) a “alterização” da violência, ou seja, sua atribuição a um outro – outra escola, outro período, outros alunos; b) um “deslizamento semântico” entre a “violência” e a “indisciplina”, ao ponto de uma eventual indistinção entre ambas; e c) a “autoridade docente”, tema inserido espontaneamente pelos entrevistados como chave para a compreensão da violência, sugerindo assim a centralidade da “autoridade” para a definição de si do professor, uma vez que “violência” parecia ser aquilo que ameaçava a autoridade docente no espaço escolar. Como principais resultados dessa pesquisa, publicamos dois artigos em coletâneas editadas em Portugal, respectivamente por João

Sebastião e por Susana Durão: “Violência nas Escolas Públicas do Rio de Janeiro: notas exploratórias sobre a autoridade docente e as percepções da violência” e “Projeto ‘Escola Segura’: autoridade, legalidade e policiamento em escolas públicas do Rio de Janeiro”.

Acredito, contudo, que entre os resultados de um projeto não se contam somente publicações. Além de orientações e novos programas de curso, há também novas ideias, inspirações possíveis para outros projetos. Dessa pesquisa, uma inquietação me ficou: o problema do lugar das emoções como fonte da autoridade. Essa questão foi abstraída de uma passagem de uma entrevista em que a diretora de uma escola conta ter enfrentado fisicamente, sozinha, um rapaz que insistia em traficar dentro da escola sob sua responsabilidade, ameaçando jogá-lo do alto de uma escada. O relato impressiona pela coragem e suscita a pergunta: de onde vem a força para tal enfrentamento? Qual o lugar do afeto, do senso de responsabilidade para com seus alunos, do desejo de protegê-los, nessa atitude ao mesmo tempo audaz e insensata em uma cidade como o Rio de Janeiro?

Essa questão, de resto canônica nos estudos sobre autoridade, presente por exemplo na discussão weberiana sobre a autoridade carismática ou nas teses malinowskianas sobre a separação entre autoridade e afeto nas sociedades bilineares, ressurge mais tarde em minha trajetória intelectual com a emergência de um novo campo de investigação: o policiamento, com ênfase, justamente, no exercício da autoridade policial.

Antes, contudo, de eleger esse novo campo de investigação, elaborei um projeto de natureza bibliográfica: “Emoção e Interação na Teoria Social Contemporânea” (2009-2012). A alteração de formato – da investigação baseada em um campo empírico para a reflexão bibliográfica – se deveu à percepção de que a sequência de projetos até então desenvolvidos deixara um conjunto de “fios soltos”, problemas teóricos que se encontravam de certa forma “esgarçados” em meio aos campos específicos. O projeto tinha dois objetivos principais: no plano geral, explorar os limites e possibilidades da construção das emoções como um objeto das ciências sociais; e, no plano específico, examinar a maneira como a sociologia de inspiração interacionista se ocupava das emoções.

O projeto teve como principal resultado a organização e tradução do volume *Estudos sobre Interação – textos escolhidos*, publicado pela EdUERJ em 2013. Do volume consta também uma “Apresentação”, na qual discuto dois problemas articulados: a) o escopo do social no projeto teórico interacionista; e b) a forma como a fronteira indivíduo-sociedade é traçada

nesse estilo sociológico.

O volume é composto por sete textos, principiando com quatro textos de autores clássicos: “A Tríade”, de Georg Simmel; “A Sociedade como Interação Simbólica”, de Herbert Blumer; “As Boas Pessoas e o Trabalho Sujo”, de Everett C. Hughes; e “Exclamações Reativas”, de Erving Goffman. Em seguida, incluí dois textos de autores contemporâneos de filiação interacionista: “Trabalho Emocional, Regras de Sentimento e Estrutura Social”, de Arlie Hochschild, e o já citado “Massacre Justo”, de Jack Katz. O volume se encerra com um texto de comentário sobre a obra de Goffman: “Goffman: um teórico social sistemático”, de Anthony Giddens.

A escolha dos textos foi orientada, de certa forma, pela proposta de realização de um passeio teórico pela sociologia interacionista. Impressionou-me, desde os primeiros contatos com essa literatura, a abrangência dos fenômenos que podiam ser tratados sob essa orientação, que podiam incluir, em Simmel, um sujeito se embelezando diante do espelho ou, em Goffman, um indivíduo que conversa consigo mesmo. Parecia-me que os interacionistas levavam a extremos a exploração da fronteira indivíduo-sociedade, criando paradoxos instigantes, como postular a existência do social na experiência da solidão.

Nessa sociologia, o “indivíduo” não é algo fácil de definir. Se, por um lado, continua sendo o polo excluído contra o qual a sociologia demarca sua singularidade disciplinar, por outro lado os interacionistas flertam com as possibilidades de “colonizar” áreas cada vez mais amplas da experiência individual. Na “Apresentação”, discuto o traçado desses limites, com foco no problema da “formação de três”, que abordo sob uma perspectiva comparativa entre a “tríade” de Simmel e o “complexo de Édipo” de Freud. A comparação é “boa para pensar” aquele problema do escopo do social, pois, se Simmel e Freud concordam que é o terceiro que instaura a sociedade, dirigem o foco para aspectos diferentes dessas formações: o primeiro olha para a natureza dessa forma social, o segundo se interessa pela dinâmica psíquica que constitui o sujeito.

O livro – tanto na argumentação exposta na “Apresentação” quanto em sua concepção geral – avança até a sociologia interacionista das emoções, por meio dos conceitos de “trabalho emocional” e “regras do sentimento”, propostos por Arlie Hochschild, em desdobramento da conceituação de Goffman sobre o gerenciamento da expressão do sentimento, e por meio da análise da relação entre interação e emoção nas cenas de agressão empreendida por Jack Katz.

O período de realização desse projeto foi também um momento de realização de uma síntese da trajetória até aqui percorrida, bem como de consolidação de uma nova forma de atuação intelectual. A síntese aparece na publicação de dois livros em parceria com Claudia Barcellos Rezende, com quem desenvolvi, ao longo desses anos, a área de antropologia das emoções na UERJ: *Antropologia das Emoções* (Editora da FGV, 2010) e *Cultura e Sentimentos – ensaios em antropologia das emoções* (Editora Contracapa/FAPERJ, 2011). O primeiro é um volume de introdução ao campo da antropologia das emoções, em que discutimos as oposições natureza-cultura e indivíduo-sociedade em relação à construção das emoções como objeto de estudo das ciências sociais; expomos as principais vertentes teóricas da área; e examinamos a dimensão micropolítica das emoções. O segundo reúne um conjunto de textos de autoria de pesquisadores com quem mantínhamos interlocução regular, em particular em bancas e congressos, e de orientandos nossos que haviam desenvolvido suas teses e dissertações na área de antropologia das emoções.

A nova forma de atuação intelectual foi o início de um trabalho regular de organização de grupos de trabalho e mesas-redondas em reuniões de associações científicas, sempre voltados para a exploração das possibilidades de análise socio-antropológica das emoções. Em um primeiro momento, os GTs foram realizados no âmbito da ANPOCS, em parceria com Octavio Bonet (UFRJ), e voltados para uma interlocução com a área da Antropologia da Saúde (2007-2009).

A partir de 2010, esse tipo de atuação se expandiu, com o estabelecimento de novas interlocuções e com a participação em reuniões de outras associações científicas, no Brasil e no exterior. Foram realizados GTs em parceria com Cynthia Sarti (UNIFESP) e Ceres V́ictora (UFRGS) no âmbito da ANPOCS; com Mariana Sirimarco (Universidade de Buenos Aires) e Ana Spivak L’Hoste (UNSAM) na Reunião de Antropologia do Mercosul e no Congresso Argentino de Antropologia Social; com Ant́onia Lima (ISCTE/UL) no Congresso Luso-Afro-Brasileiro; e com Susana Durão (ICS/Lisboa e UNICAMP) na Associação Brasileira de Antropologia, na Associação Europeia de Antropologia Social, na Sociedade Internacional de Etnologia e Folclore e na Associação Portuguesa de Antropologia.

Essa expansão, contudo, não significou apenas um incremento dessa forma de atuação profissional. Arelada a isso, houve também uma reorientação intelectual dos grupos e mesas propostos. Chamei a essa reorientação, em trabalho publicado nos Anais da Reunião Brasileira de

Antropologia de 2010, de uma análise do trabalho realizado pelas emoções na cena pública, com a construção de novos objetos de pesquisa em Antropologia das Emoções, tais como os movimentos sociais, o policiamento, as transformações políticas, as instituições e os universos profissionais. Meu próprio trabalho anterior, sobre as emoções em episódios de vitimização em formas da violência urbana, ganhou novo significado, inserindo-se nessa nova direção. Como resultados desse esforço de reflexão, publiquei dois dossiês em parceria com Ceres Víctora: o primeiro sobre experiências de vitimização (tendo ainda como co-organizadoras Cynthia Sarti e Jane Russo) e o segundo sobre movimentos sociais, corpo e autoridade. Encontrei também no prelo um dossiê organizado em parceria com Susana Durão e intitulado “Emoções, Política e Trabalho”, que reúne dez textos de autoria de pesquisadores brasileiros, argentinos e portugueses, apresentados ao longo de aproximadamente seis anos de trabalho conjunto de organização de atividades em reuniões científicas com foco intelectual constante.

O trabalho de orientação de teses, dissertações e monografias foi fortemente influenciado por essa abertura de novos temas em Antropologia das Emoções, conforme expresso nas teses de Bruno Zilli sobre trajetórias de militantes LGBT e de Nelson Mugabe sobre a jocosidade na sociabilidade LGBT; de Raquel Brum Fernandes sobre gestão de projetos sociais para a juventude; de Marília Loschi sobre o lugar das emoções na emissão de sentenças judiciais; de Johana Pardo sobre gramáticas emocionais em presídios; de Verônica Rocha sobre risco e emoção nos esportes radicais; de Fabio Rios sobre a relação entre a concepção arquitetônica dos estádios de futebol e a experiência emocional do torcedor; e de Eduardo Oliveira sobre a gramática emocional do exílio. As articulações entre emoções, corpo e saúde/doença estiveram presentes também nas teses de Ester Juer sobre o discurso médico sobre os hormônios femininos e de Bianca Sophia sobre transtornos alimentares.

* * *

E aqui peço licença para uma segunda e também breve digressão. Foi também nessa época que uma outra modalidade de atuação institucional teve início, com o projeto de criação do Instituto de Ciências Sociais da UERJ.

Quando me transferi para a área de Ciências Sociais da UERJ, seu desenho institucional era de um Departamento existente no âmbito do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Fui Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no biênio 2005-2006, Sub-Chefe do

Departamento de Ciências Sociais no biênio 2009-2010 e Coordenadora da Graduação em Ciências Sociais por um período de seis meses em 2011.

Em 2011, o então Departamento de Ciências Sociais decidiu propor à Universidade sua transformação em Unidade Acadêmica, ganhando assim maior autonomia do ponto de vista de sua inserção no organograma institucional. Em parceria com Ronaldo Oliveira de Castro, fui responsável pela elaboração do projeto. Após uma longa tramitação de quase três anos, a criação do Instituto foi aprovada pelo Conselho Universitário em abril de 2014. Em agosto do mesmo ano, fui indicada pelos colegas para dirigir o Instituto em um mandato pró-tempore, em composição com Ronaldo Oliveira de Castro.

Em outubro de 2015, compus com Ronaldo Castro a chapa candidata ao primeiro mandato eleito do ICS, cargo no qual me encontro no momento em que redijo esse memorial.

Entendo que essa função excede em muito sua definição corriqueira como “cargo administrativo”. Há alguns anos atrás, conversando com o Prof. Ricardo Benzaquen, meu professor na graduação e no doutorado e, por ocasião dessa conversa, meu supervisor em um estágio de pós-doutorado, ele comentou o modo como via as diferenças geracionais entre nós dois. Disse-me ele: “a sua geração vive fazendo projetos de captação de recursos e montando redes internacionais de pesquisa. Na minha geração, a habilidade mais valorizada era a *institution building*”.

Esse olhar distanciado sobre nossas diferenças geracionais caiu como um raio. “Se ele tem razão e essa habilidade era mais valorizada na geração dele do que na minha”, pensei então, “nasci na geração errada”. Porque, mesmo com todo o desprestígio de que é alvo, hoje, o trabalho administrativo nas Universidades, entendido muitas vezes como “mera burocracia”, considero a parceria com Ronaldo Castro na criação e consolidação do ICS, à qual nos dedicamos juntos há vários anos, uma realização profissional de envergadura idêntica, se não maior, do que aquelas das quais resultaram livros e artigos.

* * *

O conjunto de projetos até então desenvolvidos produziu três problemas teóricos maiores. O primeiro é o trabalho realizado pelas emoções em fenômenos da esfera pública, como uma questão mais geral ligada à constituição do campo da Antropologia das Emoções. O interesse pela abordagem sociológica interacionista das emoções gerou duas indagações mais específicas: a configuração das gramáticas emocionais geradas por

relações de poder e autoridade e o papel das emoções na coesão dos vínculos sociais e na promoção da conformidade do indivíduo às normas.

O tema das relações entre poder, autoridade e emoção embasou o projeto seguinte desenvolvido para o Prociência: “Autoridade, Poder e Gramáticas Emocionais” (2012-2015), que conjugava a análise interacionista das emoções com a atividade policial como “campo empírico” de investigação (conjugando o projeto anterior sobre os interacionistas com um projeto então recém-aprovado pela FAPERJ sobre o exercício da autoridade policial). O objetivo específico era analisar as dimensões cognitiva e emocional do exercício da/submissão à autoridade policial, procurando examinar de que maneira concepções de “poder”, “autoridade”, “legalidade” e “violência” se articulavam a gramáticas emocionais específicas naquilo a que chamamos de “cenas” de exercício de autoridade. Como campo, elegemos as *blitzen* da Operação Lei Seca no Rio de Janeiro, combinando assim a observação participante com a realização de entrevistas em profundidade com policiais e cidadãos que tivessem sido parados nessas *blitzen*.

O projeto teve como resultados principais dois textos. O primeiro, em parceria com João Trajano Sento-Sé, Anderson Silva e Bruno Zilli, foi publicado na revista *Análise Social*, em 2013. Nele, examinamos o modo como os policiais relatam sua atuação nas operações da Lei Seca, com ênfase na maneira como dizem fazer valer sua autoridade, imposta sem o recurso aos signos mais ostensivos do policiamento – armas e fardas –, utilizando, em vez deles, o controle emocional, a demonstração de conhecimentos legais e, principalmente, a polidez. Um elemento usualmente estranho às cenas de interação entre policiais e cidadãos apareceu também: uma certa jocosidade por parte dos cidadãos, recebida sem maior incômodo pelos policiais. A análise dos dados conjugou teorias da autoridade, teses sobre a relação entre polidez e violência e análises clássicas do riso para propor uma interpretação dessa forma de exercício da autoridade, mostrando como a polidez substitui aí a violência na imposição da autoridade, reforçada pela imperturbabilidade diante do riso dos cidadãos, em uma negociação velada sobre “quem pode mais”.

O segundo artigo, em parceria com João Trajano Sento-Sé, Raquel Brum Fernandes e Fabio Rios, foi publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em 2016. Nele, invertemos o foco e analisamos a mesma “cena interacional” do ponto de vista dos cidadãos. A análise das emoções relatadas revelou a recorrência de uma percepção da sujeição à autoridade policial como uma forma de “desrespeito” capaz de suscitar sentimentos como medo ou

vergonha.

Para além da análise das emoções, contudo, chamou-nos a atenção uma certa congruência encontrada entre a descrição dos policiais de sua própria atuação e os relatos dos entrevistados a respeito. Para nós, acostumados a relatos caudalosos de conflitos entre policiais e cidadãos, não apenas no registro da vivência cotidiana, mas também no plano das divergências discursivas, foi surpreendente perceber uma certa “concordância” quanto à polidez adotada pelos policiais no trato com os cidadãos. E mais: surpreendeu-nos, a princípio, nossa própria “decepção” com a ausência dos conflitos esperados, como se não soubéssemos o que fazer com dados de aparência tão “harmoniosa”.

A chave para resolver nossa dificuldade analítica veio das reflexões de Norbert Elias, desenvolvidas em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, a respeito do lugar do conflito nas ciências sociais. Partindo de uma reflexão sobre o conceito durkheimiano de “anomia”, Elias discute as dificuldades teóricas da sociologia com os fenômenos “nômicos”, ou seja, a dificuldade de lidar com aquilo que parece transcender conforme o esperado. Concluímos o texto, assim, examinando nosso desapontamento inicial com os dados como uma expressão desse amor das ciências sociais pelo conflito, que nos teria deixado, em um primeiro momento, paralisados diante dos dados. E mais: sugerimos também que essa dificuldade com dados harmoniosos, encontrados em fenômenos envolvendo a atividade policial no Rio de Janeiro, poderia ser uma pista para a reflexão em torno da própria agenda de pesquisa sobre policiamento nas Ciências Sociais, fortemente orientada pelo tema do desrespeito para com os direitos humanos.

Nessa mesma época, teve início uma parceria intelectual com Susana Durão. Da conjugação entre seus interesses sobre o policiamento e minha atuação na área de Antropologia das Emoções surgiu um projeto sobre o Grupo Cultural AfroReggae (GCAR). Trabalhando a partir de dados coletados por Susana, publicamos juntas em 2012, na *Revista de Antropologia* da USP, um texto em que analisamos um conjunto de pequenas histórias recorrentemente contadas no material midiático produzido pelo e sobre o GCAR, as quais tratamos como “fábulas”, ou seja, como narrativas que tinham uma “moral”. Essa “moral” era relativa ao problema da “responsabilidade para com o outro”, contando sempre uma mesma história: o rapaz negro e pobre que, tendo como inimigo a polícia, sobrevive aos perigos da sedução pelo tráfico ou da morte prematura, desenvolvendo com isso um senso de responsabilidade por outros igualmente ameaçados.

Trata-se, assim, de um “sobrevivente”, que se oporia ao “mártir”, figuras icônicas, respectivamente, da esperança e da utopia. Concluímos nossas reflexões discutindo o papel do sentimento de esperança no engajamento político, entendido como o tempo do “ainda não” (como discute Vincent Crapanzano), ou seja, de transformações não factuais, mas factíveis.

* * *

Faço agora a última digressão. Em paralelo a essa trajetória como professora e pesquisadora e à minha atuação na criação do Instituto de Ciências Sociais da UERJ, desenvolvi um conjunto de atividades na área de editoração e tradução.

Edito a revista *Interseções*, publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), desde 2005. A revista tem 35 números publicados, sendo 13 no formato *on-line*, adotado a partir de 2010. Há dois anos, *Interseções* entrou para o extrato considerado “qualificado” pela CAPES na área de Sociologia (área de avaliação do PPCIS), recebendo classificação como “B1”. Tivemos também recentemente projeto de financiamento aprovado pela FAPERJ.

Em 2008, fui convidada por Italo Moriconi, então diretor da Editora da UERJ, para integrar a Comissão da Coleção “Comenius”, série de publicações voltada para a preparação de volumes de orientação didática para a graduação. Como desdobramento dessa participação, propus à EdUERJ a organização de um *reader* com textos de sociologia interacionista, que resultou no volume acima citado *Estudos sobre Interação*.

A atividade de tradução é, para mim, inspirada na leitura de um artigo de Greg Smith em que o autor discute o impacto, sobre a sociologia norte-americana, das traduções sistemáticas da obra de Georg Simmel por Albion Small, referindo-se à tradução como uma forma de “ação social”. Entendo que traduzir, ou fazer traduzir, é muito mais do que “democratizar” o acesso a obras estrangeiras (embora essa não seja uma função menor). Trata-se de uma reflexão/intervenção sobre o próprio campo, uma vez que os contatos intelectuais que travamos na graduação, nossos “anos de formação”, se sedimentam intelectualmente à maneira de uma “socialização primária intelectual” (parafrazeando livremente Peter Berger). Assim, traduzir e, com isso, facultar o contato dos estudantes de graduação com textos centrais das matrizes intelectuais da cena internacional é uma maneira de participar da discussão sobre projetos de formação em Ciências Sociais no Brasil.

Guiada por essa reflexão, propus a Italo Moriconi um segundo projeto de tradução: *Writing Culture*, marco bibliográfico de fundação da antropologia

pós-moderna norte-americana, lançado originalmente em 1986 e até então inédito em português. Italo se entusiasmou com a ideia e em 2017 a EdUERJ lançou, em parceria com a Papéis Selvagens, *A Escrita da Cultura*, em tradução minha que traz também uma “Apresentação à Edição Brasileira” de minha autoria.

O lançamento do livro foi um momento de rara gratificação profissional. Em meio à devastação que a crise econômica vem produzindo na UERJ, promovemos a aula inaugural do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais com a presença de George Marcus, co-organizador do livro, em mesa composta também por Luiz Eduardo Soares e por mim, com mediação de Valter Sinder. A comunidade acadêmica prestigiou em peso nossa iniciativa editorial, nosso Programa e nossa Universidade, com um auditório lotado de colegas, de outras instituições e da casa, alunos e ex-alunos, da graduação e da pós-graduação.

Penso nesse evento como um momento incomum de síntese profissional, em que a atividade de “institution building” se conjugou a uma atuação intelectual como tradutora e pesquisadora. Porque não se tratava apenas do lançamento do livro ou da organização da mesa: o mais importante de tudo foi ver o Instituto de Ciências Sociais da UERJ como sede do evento.

* * *

Retorno agora ao terceiro problema teórico abstraído dos projetos sobre a construção das emoções como objeto da sociologia interacionista: o papel das emoções na coesão dos vínculos sociais e na promoção da conformidade do indivíduo às normas. Esse é a questão que orienta o projeto de pesquisa que ora desenvolvo: “Interação e Gramáticas Emocionais: o fenômeno do *bullying*”. O projeto se encontra em fase de realização e análise de entrevistas. Os dados de que já dispomos sugerem fios de continuidade em relação a dois projetos anteriores: a pesquisa sobre a violência nas escolas e a pesquisa sobre as narrativas da violência em assaltos a residências. Do primeiro, recupero o “deslizamento semântico” então encontrado entre a “violência” e a “indisciplina”, que aqui parece ser reproduzido sob a forma de um esboroamento da fronteira entre *bullying* e “violência”, sugerindo a existência de um campo semântico mais amplo em que a “violência” faria as vezes de mediadora entre o *bullying* e a “indisciplina”.

Do segundo projeto, ressalto a presença de uma dinâmica emocional muito semelhante àquela encontrada entre as vítimas de assaltos a residências, com a raiva decorrente da humilhação provocada pelo *bullying* sendo muitas vezes negada e substituída por expressões de pena ou

desprezo. Arrisco aqui a hipótese – ainda preliminar – de que esse complexo emocional formado por humilhação-raiva-desprezo-compaixão poderia ser tomado como típico das experiências de vitimização, constituindo-se assim em uma *gramática emocional da vitimização*.

Com o projeto sobre *bullying* entrando já na fase de análise de dados, começo a entreter ideias para o próximo projeto. Em junho de 2017, proferi uma palestra no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, a convite da Profa. Ceres VÍctora, intitulada “As Emoções e o Trabalho Intelectual”. Nela, procurei rastrear o lugar das emoções no trabalho de campo, fazendo essa “história” convergir para duas questões: o lugar da nostalgia (Berliner, 2015) e do pessimismo (Kalberg, 1987) nos projetos disciplinares, respectivamente, da antropologia e da sociologia, e o papel das emoções como mola propulsora da produção de conhecimento em si. Procurei, ao final da palestra, esboçar uma provocação sobre o “ideal asséptico” do universo acadêmico- intelectual que concebe as emoções como “poluidoras”, capazes de conspurcar o exercício de uma atividade descrita essencialmente como racional (como, de resto, a maior parte dos universos profissionais e, por que não, dos fenômenos da vida pública, conforme já discutido acima).

Apesar de ainda em estado embrionário, arrisco um “anúncio”: um próximo projeto de pesquisa sobre o lugar das emoções na produção de conhecimento (e um certo diálogo com o lugar das emoções na instituição “academia” será, creio, inevitável). Nesse novo objeto, se entrelaçam três questões que abstraio como resultado teórico geral dessa trajetória: a micropolítica das emoções, os complexos emocionais e a relação entre emoção e tempo. Assim: qual o lugar das emoções nas disputas por prestígio e qual o lugar dessas disputas na produção do conhecimento? De que forma se conjugam raiva, vergonha, inveja e, por que não, amizade, amor, respeito na dinâmica competição/cooperação que rege o trabalho intelectual? E de que modo as percepções sobre trajetórias profissionais e concepções de sucesso/fracasso, em seu entrelaçamento com a história das políticas de avaliação científica, não comportam dimensões nostálgicas, esperançosas, ansiosas, pessimistas ou mesmo entediadas?

É, possivelmente, um tanto heterodoxo falar de futuro em um memorial. Mas a nostalgia, marca afetiva possível da relação com o passado, tem, como apontam seus estudiosos, uma relação paradoxal com o tempo. Se por um lado é lamento por uma perda, por outro é sentimento do presente no qual, por meio de uma idealização do passado, projetamos um futuro

possível. Na nostalgia, há um elemento de esperança.

E recontar a própria história não seria uma forma, entre outros sentidos possíveis, de assenhorear-se de si?

* * *

Há muito reflito sobre os temas de meus projetos: por que passei da dádiva para a violência? Acalento haver uma resposta possível nas próprias obras de inspiração seminal. Marcel Mauss, ao final do *Ensaio sobre a Dádiva*, diz serem a festa e a guerra as duas formas possíveis de relação entre grupos humanos: “Dois grupos de homens que se encontram podem fazer apenas duas coisas: ou (...) lutar ou tratar-se bem”. Essa é também a visão de Claude Lévi-Strauss, em sua tese sobre a exigência imperiosa da troca para a constituição do social, abstraída a partir da análise do ritual francês da troca de vinhos, quando afirma que aos parceiros resta escolher entre a cordialidade e a hostilidade, uma vez que a indiferença é somente uma possibilidade mítica de ordem lógica. Seriam, assim, violência e dádiva, as duas faces da mesma moeda?

Concluo com um brevíssimo exercício de etnografia urbana. Conjugam-se aqui dois encantamentos: a observação dos fragmentos da vida urbana, da forma aleatória e casual como se oferecem à nossa atenção, e o fascínio pelo minimalismo antropológico, do qual a análise do ritual francês da troca de vinhos é para mim o melhor exemplo da literatura antropológica. Afinal, reconhecer em uma regra banal de etiqueta o princípio constitutivo da sociedade traduz a essência da vocação antropológica – uma descrição que não é vocação última, mas sim expressão do amor pelo reconhecimento, nos menores detalhes do cotidiano, das grandes questões da existência humana.

Estou voltando de uma caminhada, esperando em uma esquina para atravessar. É cedo, mas já está escuro. Vejo dois meninos, 14 e 10 anos talvez, esperando a poucos metros de mim. Um rapaz se aproxima deles e começa a gritar. Ouço, um pouco espantada, o teor da “conversa”: “Tu me dá isso aí?”, grita o rapaz. “Isso aí” é uma garrafa térmica que o menino mais velho leva na mão. Fico atenta, observando para ver se seria o caso de tentar intervir. O menino, aturdido, entrega a garrafa. O rapaz grita: “Posso ficar com isso? Tu tá me dando?” Os meninos aquiescem. O rapaz tem uma caixinha na mão. Exige, oferecendo as balas: “Pega um aí!”. E duas, três vezes: “Pega outro, porra! Pega mais!”. Os dois obedecem, mudos. O rapaz se afasta e, antes que eu possa falar com os meninos, volta e grita novamente: “Pega mais um!”

Pergunto a eles se está tudo bem e se posso acompanhá-los. Dizem

que sim, ainda meio aturdidos, e atravessamos a rua juntos. Do outro lado da calçada, um segurança de uma loja e uma senhora se aproximam. Revoltados, perguntam o que o rapaz havia feito. Querem chamar a polícia. Digo para não fazerem isso, que não havia sido um roubo. O segurança se irrita: “é claro que foi!”. O menino recusa e desdenha: “era só um brinde”. Vou andando com eles e, de passagem, o mais velho tira as balas das mãos do outro (“me dá essa porcaria aqui”) e as joga em uma lata de lixo. Pouco adiante, dispensa a minha “escolta”: “nós moramos logo ali”.

E então? Foi roubo ou não? A cada amigo a quem proponho a pergunta, em cada círculo que a conto, uma acalorada discussão. As opiniões variam, ninguém fica indiferente.

Uma intimidação, uma extorsão, uma tentativa canhestra de transformá-la em “troca” pela imposição da “retribuição”: as balas pela garrafinha. A encenação da troca pelo rapaz parece caricaturar a tese da tríplice obrigação: obrigatório dar a garrafinha, obrigatório receber as balas.

As várias “definições da situação” – foi roubo ou não foi? – nos servindo aqui não só como ferramenta analítica, mas também como dados etnográficos, pois que os personagens da cena não chegam a um acordo. Chamar a polícia ou não? Para quê, diz o menino, era só um brinde.

Brindes – os tipos de valor e a relação com a forma de aquisição do objeto. Nenhum valor de troca (brindes não são comprados), baixo valor de uso (brindes são supérfluos), nenhum valor de vínculo (brindes são impessoais). Será possível roubar um brinde?

As balas jogadas fora: a recusa óbvia, raivosa, da dádiva. O que ele me tirou não tem valor. O que ele me deu é lixo.

Reencontro aqui meus temas entrelaçados, síntese perfeita de tudo o que me fascina: a vinheta urbana, o minimalismo antropológico, a incerteza da situação, a negociação dos sentidos, a confusão dos sentimentos, aturdimento, impotência, raiva.

Foi troca ou foi roubo? Dádiva ou violência?

* * *

Um pós-escrito: Luiz Eduardo Soares, sempre orientador, foi o leitor da primeira versão desse memorial. Entre suas sugestões, a inclusão de um breve comentário sobre a crise na UERJ, em suas palavras uma *institution deconstruction*, que parece estar atingindo seu ápice no momento em que redijo esse texto.

O que significa escrever um memorial em um período assim? O que é rememorar uma trajetória na qual a “construção institucional” ocupa papel

tão central em época tão ameaçadora?

Norbert Elias, em seu texto “Os Pescadores e o Turbilhão”, utiliza uma história de Edgar Allan Poe para expor duas formas de lidar com as crises. Dois irmãos, náufragos em um bote, veem a embarcação se aproximar perigosamente de um redemoinho. Um está paralisado de medo, encolhido no fundo do barco. O outro observa ao redor, em busca de uma salvação, e percebe que formas cilíndricas flutuam por mais tempo antes de serem engolidas. Há tonéis à volta do barco, e ele tenta convencer o irmão de que devem saltar e se agarrar a eles, para aguardar que o redemoinho perca a força. Apavorado, o irmão não escuta. O pescador então salta sozinho e sobrevive agarrado a um tonel.

Duas atitudes possíveis diante da crise: “envolvimento”, ou seja, se deixar engolir pelas circunstâncias, sem a distância crítica capaz de conduzir ao diagnóstico e à busca de soluções; ou “observação”, olhar para a crise que nos engolfa, compreende-la como se de fora, e incorporar essa observação à condução da vida no momento mesmo em que estamos ameaçados de submergir.

Se há hoje algum consenso na UERJ, é que jamais se viu crise assim. O medo, o desamparo, o abandono permeiam o cotidiano. Em uma conjuntura como essa, o esforço da memória é crucial. Retraçar o caminho percorrido, perceber conexões entre escolhas muito afastadas entre si no tempo, identificar continuidades e compreender o papel das rupturas, são, todas elas, maneiras de reiterar um compromisso, de afirmar uma crença profunda no potencial transformador da teoria social sobre o mundo, tanto mais essencial quanto maior o drama. Lembrar para não submergir.

Em um contexto de crise abissal, escrever um memorial é entreter uma relação de otimismo com o futuro.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2017.

Referências

- BERLINER, David.
(2015). “Are Anthropologists Nostalgist?”. In: O. Angé e D. Berliner (orgs.). *Anthropology and Nostalgia*. New York and Oxford: Berghahn Books, pp. 17-34.
- CANETTI, Elias.
(1983). *Massa e Poder*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: UnB.
- CLARK, Candace.
(1997). *Misery and Company - sympathy in everyday life*. Chicago & London: The University of Chicago Press.
- CRAPANZANO, Vincent.
(2004). *Imaginative Horizons - an essay in literary-philosophical anthropology*. Chicago & London: The University of Chicago Press.

- ELIAS, Norbert.
(2001). *A Solidão dos Moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ELIAS, Norbert.
(1998). "Os Pescadores e o Turbilhão". In: *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- ELIAS, Norbert e Scotson, John L.
(2000). *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- KALBERG, Stephen.
(1987). "The Origin and Expansion of Kulturpessimismus: the relationship between public and private spheres in early twentieth century Germany". *Sociological Theory*, Vol. 5, fall, pp. 150-165.
- KATZ, Jack.
(2013). "Massacre Justo". In: Maria Claudia Coelho (org.). *Estudos sobre Interação - textos escolhidos*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
As Estruturas Elementares do Parentesco.
- LINDHOLM, Charles.
(1993). *Carisma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- LUTZ, Catherine.
(1988). *Unnatural Emotions - Everyday Sentiments on a Micronesian Atoll & Their Challenge to Western Theory*. Chicago: The University of Chicago Press.
- LUTZ, Catherine e ABU-LUGHOD, Lila. (orgs.)
(1990). *Language and the Politics of Emotion*. New York, Cambridge University Press.
- MAUSS, Marcel.
(1980). "A Expressão Obrigatória dos Sentimentos". In: S. Figueira (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, pp.56-63.
- MAUSS, Marcel.
(1974). "Ensaio sobre a Dádiva". In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, pp. 37-184.
- MILLER, William Ian.
(1997). *The Anatomy of Disgust*. Cambridge: Harvard University Press.
- MILLER, William Ian.
(1993). "Requiting the Unwanted Gift". In: *Humiliation*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- MORIN, Edgar.
(1984). *Cultura de Massas no Século XX*. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- SIMMEL, Georg.
(1987). "A Metrópole e a Vida Mental". In: VELHO, Otávio G. (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.
- SIMMEL, Georg.
(1964). "Faithfulness and Gratitude". In: Kurt H. Wolff (org.). *The Sociology of Georg Simmel*. New York: Free Press, pp. 379-395.
- SMITH, Greg.
(2004). Instantâneos 'sub specie aeternitatis' - Simmel, Goffman e a sociologia formal. In: GASTALDO, Edison (org.). *Erving Goffman - desbravador do cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, pp. 47-80.